

Churchill 2015

NO DIA 2 DE JULHO, O GRÉMIO LITERÁRIO E O ROYAL BRITISH CLUB ASSINALARAM OS 50 ANOS DA MORTE DE WINSTON CHURCHILL, A 24 DE JANEIRO DE 1965.

Memorial Gala Dinner

Como explicar a intransigente oposição de Churchill ao comunismo e ao nacional-socialismo, desde o início de ambos e sem qualquer hesitação?

Queria começar por agradecer o vosso honroso convite para participar neste jantar de homenagem a Winston Churchill. Em nome da International Churchill Society of Portugal, queria transmitir-vos os nossos agradecimentos por esta nobre iniciativa. E queria transmitir-vos também a mensagem do Presidente do Academic Board da Internacional Churchill Society, Professor James Muller:

“Greetings to all who gather this evening at Grémio Literário, under the auspices of the International Churchill Society of Portugal, the British Historical Society of Portugal, and the Royal British Club, Portugal, for the memorial gala dinner fifty years after Sir Winston Spencer Churchill’s death.

It is fitting that you should meet at Grémio Literário, for Churchill was himself a writer, the author of some forty books and winner of the Nobel Prize for Literature for his historical and biographical works in 1953. The Churchill Centre sa-



POR
João Carlos Espada

Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.
Director de *Nova Cidadania*

lutes your tribute from Britain’s oldest ally and encourages the good work of the International Churchill Society of Portugal in making his works more widely available in Portuguese translation.”

O professor Muller esteve durante toda a semana passada no Estoril Political Forum, dedicado aos 800 anos da Magna Carta, mas infelizmente não pôde ficar para o nosso jantar de hoje. Ainda assim, quis vir aqui almoçar na passada segunda-feira, antes de partir, e conversei comigo sobre que tema eu deveria abordar nas breves palavras que fiquei de dizer aqui esta noite. E concordámos que três perguntas centrais deveriam servir

de mote à minha breve intervenção:

Como explicar a intransigente oposição de Churchill ao comunismo e ao nacional-socialismo, desde o início de ambos e sem qualquer hesitação? Como explicar a sua recusa solitária de qualquer negociação com Hitler, mesmo quando, em 1940, a superioridade militar nazi era evidente e triunfante no continente europeu? Como explicar a sua, de novo solitária, denúncia da “cortina de ferro”, em 1946, quando a Inglaterra e a Europa estavam exaustas pela guerra?

Esta força de vontade e a capacidade de resistência de Churchill tinham já ficado patentes na década de 1930 – “the wilderness years”, como ficaram conhecidos. Isolado no seio do seu próprio partido Conservador – ao qual regressara em 1924, vinte anos depois de o ter trocado pelos Liberais, em 1904 – Churchill recusou ao longo de toda a década de 1930 subscrever as teses dominantes favoráveis ao apaziguamento com a Alemanha em acelerado processo de rearmamento. Essa persistente oposição ao consenso dominante da época – o que hoje chamaríamos o pensamento politicamente correcto da altura – custou-

-lhe um tremendo isolamento político e pessoal. Mas Churchill não cedeu. Durante dez anos, repetiu os alertas contra o rearmamento da Alemanha, condenou a paralisia da Sociedade das Nações, denunciou a maré anti-democrática que, à esquerda e à direita, crescia na Europa.

A partir da sua casa de campo em Chartwell, onde escrevia e reunia um pequeno círculo de teimosos dissidentes, Churchill construiu pacientemente um autêntico “governo sombra”. Recolhia informações sobre a evolução da Europa, acompanhava o crescimento das forças militares alemãs, estudava a evolução das tecnologias militares. Esses dez anos de resistência solitária tinham-no preparado como a nenhum outro para liderar a resistência inglesa, quando tudo parecia perdido. E foi um programa de resistência que anunciou nas palavras memoráveis do seu primeiro discurso como Primeiro-Ministro na Câmara dos Comuns, a 13 de Maio de 1940, quando ainda estava a formar o seu Governo:

“Nada tenho a oferecer senão sangue, esforço, lágrimas e suor. Temos perante nós uma ameaça da mais grave natureza. Temos perante nós muitos, muitos longos meses de combate e sofrimento. Perguntam-me, qual é a nossa política? Eu direi que é a de fazer a guerra, por mar, terra e ar, com todo o nosso poder e com toda a força que Deus nos deu; fazer a guerra

contra uma monstruosa tirania, nunca ultrapassada no lamentável catálogo do crime humano. Esta é a nossa política... Perguntam-me, qual é o nosso objectivo? Posso responder numa palavra: é a vitória. Vitória a todo o custo, vitória apesar de todo o terror, vitória por mais longa e árduo que o caminho possa ser; porque sem vitória, não há sobrevivência.”

Menos de um mês depois, a 4 de Junho, Churchill voltaria ao Parlamento, um dia após a evacuação com êxito de Dunkirk. Foi neste contexto que ele proferiu o célebre discurso:

“Apesar de largas partes da Europa e muitos velhos e famosos Estados terem caído ou poderem cair nas garras da Gestapo e de todo o odioso aparato do poder Nazi, nós não vacilaremos. Iremos até ao fim. Combateremos em França, combateremos nos mares e nos oceanos, combateremos no ar com crescente confiança e crescente força, defenderemos a nossa ilha, qualquer

que seja o seu custo.

Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de aterragem, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas montanhas; nunca nos renderemos.

E se, o que não acredito por um momento que seja, esta ilha ou uma larga parte dela fosse subjugada e condenada à fome, então o nosso Império para além dos mares, armado e guardado pela Armada Britânica, continuaria a luta até que, quando Deus quisesse, o Novo Mundo, com todo o seu poder e força, avançasse para salvar e libertar o Velho.”

No fim da guerra, Churchill voltaria a dar provas desta força de vontade e capacidade de resistência. Tendo vencido a guerra para logo a seguir perder as eleições, ainda em 1945, o velho combatente não desistiu. Em 1946, no célebre discurso de Fulton, no Missouri, ladeado pelo Presidente Truman, Churchill fez a primeira denúncia pública da tirania bolchevique que se abatia sobre a Europa central e de Leste:



Essa persistente oposição ao consenso dominante da época (...) custou-lhe um tremendo isolamento político e pessoal. Mas Churchill não cedeu



“De Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro está a descer através do Continente. Por detrás dessa linha ficam todas as capitais dos antigos Estados da Europa central e oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas estas famosas cidades e a população em seu redor estão no que devemos chamar a esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética mas a um muito elevado e, nalguns casos, crescente controlo de Moscovo.

[...] Quaisquer que sejam as conclusões a retirar destes factos – e de factos se trata – esta não é certamente a Europa Libertada que nós lutámos por construir. Nem ela contém os ingredientes essenciais de uma paz permanente”.

Churchill iria então, mais uma vez,

desafiar o consenso politicamente correcto que emergia no pós-guerra. Este consenso, promovido habilmente pelas forças comunistas e pela ala esquerda das socialistas, contava com a paralisia comprometida de grande parte das forças centristas e conservadoras. Estas estavam embaraçadas pela propaganda esquerdistas que re-escrevia a história da II Guerra, apresentando-a como uma guerra contra as forças conservadoras, a chamada “direita”, alegadamente representadas pelo nazismo alemão e pelo fascismo italiano. De acordo com essa narrativa imaginária, a União Soviética de Staline teria sido a grande opositora de Hitler. O socialismo seria o destino inexorável do progresso histórico. E a eliminação definitiva das raízes do belicismo nazi-fascista exigiria a destruição do capitalismo e a construção do socialismo.

Obviamente, esta mistificação só podia merecer o desprezo de Churchill. Orgulhoso conservador e liberal, Churchill sabia bem que a democracia ocidental fora ameaçada pelos totalitarismos de sinal contrário, o comunismo e o nazismo. E sabia que a resistência das democracias de língua inglesa se deveria em grande parte ao facto de elas nunca terem sido tentadas pela hostilidade anti-ocidental – a hostilidade ao pluralismo político e económico, ao Governo limitado pela Lei que presta contas ao Parlamento, à economia de mercado e empresa livre.

Esta especificidade das democracias de língua inglesa era um tema central para Churchill. Logo em 1932, Churchill começou a escrever um livro sobre Uma História dos Povos de Língua Inglesa. Só viria a publicar o primeiro dos quatro volumes em 1956 – foi o seu último de mais de 40 livros publicados em vida. Foi o livro a que mais tempo dedicou – na verdade passaram 24 anos entre o início e a publicação. Mas Churchill nunca desistiu de o terminar. A pergunta é: Porquê?

Churchill via as democracias de língua inglesa como parte integrante da tradição europeia e ocidental, comunicando das mesmas raízes greco-romana, judaica e cristã. Não era uma outra tradição. Mas tinha características especiais. Uma das mais importantes residia na sua alergia a revoluções e à linguagem da inovação revolucionária.

A mais recente revolução inglesa ocorrera em 1688 e tinha sido feita em nome da restauração das antigas liber-



dades da Magna Carta, de 1215. Fora uma revolução relutante, moderada, promovida por um bloco central de monárquicos moderados (Tories) e republicanos moderados (Whigs), cujos objectivos expressos eram evitar uma nova guerra civil em Inglaterra e tornar desnecessária qualquer nova revolução. Estes moderados viam a restauração das antigas liberdades da Magna Carta – um governo limitado pela lei que presta contas ao Parlamento – como forma de domesticar, amaciar, civilizar (mas não utopicamente abolir ou asfixiar) os conflitos radicais.

Enquanto admirador e estudioso desta tradição, Churchill só podia reagir com horror, desde o início, aos fundamentalismos revolucionários de Lenine e Staline, Hitler e Mussolini. O facto de ambos falarem em nome da ruptura revolu-



Estes moderados viam a restauração das antigas liberdades da Magna Carta como forma de domesticar, amaciar, civilizar os conflitos radicais

cionária com o passado e em nome das massas trabalhadoras e dos pobres não o comoveu por um segundo. Essa era a linguagem que sempre causara repugnância ao seu credo político reformista, ordeiro, conservador, liberal e com forte sensibilidade social. Em 1938, quando trabalhava a fundo na preparação da História dos Povos de Língua Inglesa, Churchill escreveu a um dos seus Assistentes:

“O tema fundamental [do livro] está a emergir e centra-se no crescimento da liberdade sob a lei, nos direitos do indivíduo, na subordinação do Estado às concepções morais fundamentais da comunidade. (...) Destas ideias os povos de língua inglesa foram os autores, depois os trustees, e devem agora tornar-se os campeões armados. Por isso eu condeno a tirania, qualquer que seja a versão ou o quadrante de onde onde venha.”

Num discurso nesse mesmo ano de 1938, Churchill retomou esse tema central da liberdade sob a lei como distintivo dos povos de língua inglesa:

“Não temos nós uma ideologia própria – se tivermos de usar essa palavra horrível [ideologia] – não temos nós uma ‘ideologia’ própria fundada na liberdade, numa Constituição liberal, num Governo parlamentar e democrático, na Magna Carta e na Petição de Direitos?”

Esta “ideologia própria”, ou este traço distintivo, das democracias de língua inglesa foi recordada por Winston Churchill a propósito da filosofia política de seu pai:

“[Lord Randolph Churchill] não via razão para que as velhas glórias da Igreja e do Estado, do Rei e do país, não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou por que razão as massas do povo trabalhador não pudessem tornar-se os maiores defensores destas antigas instituições através das quais tinham adquirido as suas liberdades e o seu progresso. É esta união do passado e do presente, da tradição e do progresso, esta corrente de ouro [golden chain], nunca até agora quebrada, porque nenhuma pressão indevida foi exercida sobre ela, que tem constituído o mérito peculiar e a qualidade soberana da vida nacional inglesa.” ■